

Messiele Saraiva Barbosa

Resenha do vídeo módulo 3 do curso- direitos humanos e ambientais e mudanças climáticas, questões ambientais em Palmas Tocantins

Os direitos humanos ambientais estão intrinsecamente ligados às mudanças climáticas, especialmente em regiões como Palmas, capital do Tocantins, que enfrenta desafios significativos relacionados ao clima e à justiça socioambiental.

Clima e Vulnerabilidades em Palmas

Possui um clima tropical de savana (Aw), caracterizado por duas estações bem definidas: uma chuvosa, de outubro a abril, e outra seca, de maio a setembro. A temperatura média anual é de aproximadamente 26,8 °C, com variações térmicas pouco significativas ao longo do ano.

Essa configuração climática torna a cidade suscetível a eventos extremos, como secas prolongadas e queimadas, que afetam diretamente a qualidade de vida da população, especialmente das comunidades mais vulneráveis.

Iniciativas Locais e Educação Ambiental

Diante desses desafios, o Movimento Estadual de Direitos Humanos e Ambientais do Tocantins (MEDHTO) tem promovido ações educativas, como o curso "Direitos Humanos e Mudanças Climáticas", que visa conscientizar a sociedade sobre os impactos das mudanças climáticas e fomentar práticas sustentáveis.

Além disso, a Fundação de Meio Ambiente de Palmas (FMA) realiza palestras e oficinas sobre mudanças climáticas, plantio de mudas e educação ambiental, buscando sensibilizar a comunidade para a importância da sustentabilidade e da conservação dos recursos naturais.

Políticas Públicas e Justiça Climática

No âmbito das políticas públicas, Palmas instituiu a Política Municipal sobre Mudanças Climáticas, alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável, com o objetivo de promover o crescimento econômico, o equilíbrio ecológico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

Essas iniciativas refletem a busca por justiça climática, reconhecendo que as comunidades menos responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa são frequentemente as mais afetadas por seus impactos. Assim, é fundamental garantir o acesso à informação, à participação pública e à justiça em assuntos ambientais, conforme preconiza o Acordo de Escazú, do qual o Brasil é signatário.

Em suma, a interseção entre direitos humanos e mudanças climáticas em Palmas destaca a importância de ações integradas que promovam a conscientização, a educação ambiental e a implementação de políticas públicas eficazes para enfrentar os desafios climáticos e assegurar um futuro sustentável para todos.

